

A INTERVENÇÃO DA ESCRITA EM RAÍZES DO BRASIL

Wilton James BERNARDO-SANTOS¹

RÉSUMÉ: Le travail s'inscrit près du projet Histoire des Idées Linguistiques au Brésil. De lui je nous renverse de fondation des premières universités années de 1930, publications et des republications sont étudiées dans le débat sur «la QUESTION de la LANGUE AU BRÉSIL». En ayant dans opération une conception matérialiste de la langue (énonciation et discours), c'est fondamental de penser les oeuvres mange partie de l'instrumentation documentaire écrite par la procédure de gramatization (Auroux, 1992) du Portugais au Brésil; l'effet de la «paperasse» comme extériorité constitutive du symbolique (Rancière, 1994); la dispersion de différents textes je mange des rainures constitutives de l'ordre territorial hiérarchique propre de la «disposition formelle des pratiques scientifiques», dans elles viennent la place de la disjonction historique par effet de l'existence de la syntaxe, de la division du sujet (Pêcheux, 1997), (Henry, 1992). Et si cette manière de penser le texte est général, quand la question pour où les sens glissent est ce de la «langue nationale», toujours décisive dans la textualization (Orlandi, 2001), ce qui bientôt s'avoisinent sont des sens propres de l'écriture, effet de la raison graphique (Auroux, 1998) dans l'événement énonciatif (Guimarães, 2002).

1. INTRODUÇÃO

Para esboçar o ambiente global do trabalho, trago aqui uma análise local: o acontecimento enunciativo da “questão da língua” no histórico das edições de “Raízes do Brasil”². O volume de trabalho é da 26ª edição de 1995. E, ao menos de modo frontal, a “questão da língua” não aparece na primeira edição. Ela vem em um conjunto de notas ao capítulo 4 como ficamos sabendo em um desdobramento da autoria já no primeiro parágrafo do texto: “O assunto, que tem sido ultimamente objeto de algumas controvérsias, foi tratado pelo autor [grifo meu] no Estado de S. Paulo de 11 e 18 de maio e 13 de junho de 1945, em artigos cujo texto se reproduz a seguir, quase na íntegra” (p. 122). É preciso então considerar o fato/parte das condições históricas que fazem vir a público novas edições trazendo longa nota sobre a “questão da língua” e mais ainda essa sua incorporação aos volumes somente a partir de 1947. Por que esse “atraso” para a entrada da “questão”? Diante disso, a presente leitura do “Raízes” tem dois objetivos práticos imediatos:

- a) Trazer uma proposta de reflexão sobre a “entrada da questão” como acontecimento enunciativo.
- b) Uma análise das relações entre as diferentes regiões de sentido ao longo da nota.

¹ UFS/CAPES/UNICAMP/IEL.

² Dos oito capítulos, cinco são efetivamente analíticos, três deles focalizam trabalhos de especialistas, filólogos-lingüistas: Sílvia Elia (cap. 2 e 4), G. C. de Melo (cap. 2 e 5), Francisco da S. Bueno, Serafim da S. Neto, Edith P. Pinto e Ataliba de Castilho (Cap. 2) os dois outros capítulos analíticos são dedicados a não-especialistas em estudos da linguagem (interpretes do Brasil). O capítulo 6 é dedicado ao *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e o 7 ao *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1933). Ver diagrama dos capítulos à p. 6 desse artigo.

2. UMA REFLEXÃO SOBRE A LÍNGUA-GERAL EM SÃO PAULO

Se o período-objeto desse nosso trabalho vem por um desdobramento institucional, fundação das universidades, sua demarcação é, por outro gesto, particularizada por essa “volta histórica que acrescenta uma abertura para o novo no mesmo” em republicações: obras de autores/professores parte específica na história das idéias lingüísticas, constituindo uma posição aqui examinada a partir do “nascido” da Lingüística Moderna no Brasil. Ao longo das edições do “Raízes”, há todo um movimento de sentidos na fusão de capítulos, deslocamento de notas de rodapé para o fim dos capítulos; são incluídos índices onomásticos, de assuntos e longos textos são acrescentados ao volume com diferentes estatutos, seja pelo próprio autor, caso da “nossa” nota, ou por outros autores. E é justamente nessa movimentação das edições, nessa presença *do novo no mesmo*, instaurando temporalidades específicas, que temos a entrada da “questão da língua”. Vejamos o índice do capítulo em questão:

Fig. 1

4. O SEMEADOR E O LADRILHADOR.....	93
A fundação de cidades como instrumento de dominação - Zelo urbanístico dos castelhanos: o triunfo completo da linha reta - Marinha e interior - A rotina contra a razão abstrata. O espírito da expansão portuguesa. A nobreza nova do Quinhentos - O realismo lusitano - Papel da Igreja	
Notas ao capítulo 4:	
1. Vida intelectual na América espanhola e no Brasil.....	119
2. A língua-geral em São Paulo	122
3. Aversão às virtudes econômicas	133
4. Natureza e arte	137

É fundamental dar atenção ao fato de que esse sentido apendicular para a “questão” vem justamente como uma deriva do processo histórico (a colonização portuguesa: do litoral para o interior). A “questão da língua” é uma abertura para significar o pouco contato (de Portugal com São Paulo), “onde ainda no século XVIII as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim” (p.102). É justamente esse o ponto de entrada que leva a nota 2. *A língua-geral em São Paulo* (pp. 122-133). Quer dizer, a “questão da língua” é uma deriva na enunciação para significar no âmbito geral do capítulo e da obra esse “pouco contato”.

Na relação língua/escrita, é fundamental considerar que o que vemos na reescrituração do “Raízes” é a entrada de um alentado acréscimo de textos: 20 páginas nas mesmas dimensões de formatação. De modo que essa diferença na materialidade gráfica não é constituída por “mudanças simplesmente exteriores ou formais” como quer o autor no prefácio da 2ª edição. “A língua-geral em São Paulo” enquanto nota e mais ainda, nas condições históricas tais, enquanto acontecimento enunciativo, tem estatuto específico.

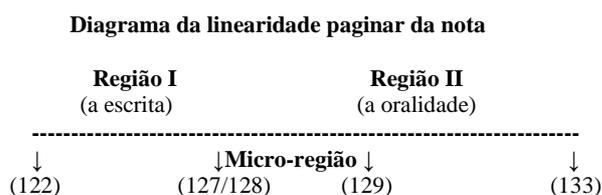
É preciso compreendê-la por esse encaixe “Notas ao capítulo 4”. Considerar, na *categorização dos espaços* do volume, o que é *projetado* pelos efeitos de sentido entre

locutores.³ Como vem essa ordem entre “eles”: o locutor da primeira edição como uma anterioridade e no “bloco” de notas, ou seja, na posteridade, o locutor da “questão da língua”. Que sentidos são rememorados nesse esquecimento histórico, nesse acontecimento enunciativo? É que a enunciação vem tomando a escritura como lugar de “constatação de um estado de coisas”. O sujeito enunciativo vem afetado por um desejo de ouvir dos escritos: “quando ocorreu a integração efetiva da gente paulista no mundo da língua portuguesa”, e isso o faz passar ao largo do funcionamento histórico da relação língua, escrita e poder.⁴ Avancemos na textualidade da nota.

3. REGIÕES DE SENTIDO PARA A LÍNGUA-GERAL EM SÃO PAULO

Nas onze 11 páginas dedicadas à “questão”, consideremos duas grandes regiões de sentidos. Na primeira, vem um passado da língua na “antiga São Paulo” descrito através do que o autor chama de “testemunhos explícitos” (pp. 122-127) e, na segunda, vem um passado descrito pelo que podemos chamar de “condicionamentos sócio-econômicos”. Entre elas, como que estabelecendo uma fronteira histórica, há uma micro-região, onde a “questão” é descrita através das “alcunhas” (pp. 127-128). Vide o esquema:

Fig. 2



Para compreendermos relações de sentido que atravessam essas materialidades, quero destacar no funcionamento enunciativo operante no instrumental analítico, duas anterioridades reguladoras específicas: a concepção do tempo histórico como secular e a exclusão das relações entre instâncias de poder e domínios de funcionamento da escrita. Vejamos.

3.1. Falar, saber, compreender, raciocinar: língua, escrita e poder (região I)

Na primeira região de sentidos, “testemunhos explícitos”, “casos” e “exemplos” são estudados para elucidar qual é “a língua mais falada” na São Paulo do século XVII. E como os sentidos circulam significando lugares institucionais: a escola, a família, logo aparecem na enunciação sentidos que constituem uma hierarquia. Observamos nessa região que os sentidos deslizam pelas dimensões do falar, aprender, interpretar

³ Nesse ponto tiramos proveito da análise em Guimarães (2002, pp.11-15) sobre acontecimento e temporalidade.

⁴Auroux (1998) “o escrito só aparece (e se mantém) em sociedades fortemente hierarquizadas, e entretém desde a origem (e sobretudo na origem) relações muito estreitas com as diversas instâncias de poder” (p. 68). Nessa direção, Pêcheux (1983) e Barthes (1953).

[traduzir], saber a língua, mas notemos sobretudo a entrada de qualificação para essas dimensões:

Fig. 3

(1) “Religiosos procedentes de fora, **desconhecendo** inteiramente a língua da terra, **se entendiam mal com os moradores**” (p. 123). (2) “Os filhos primeiro **sabem a língua** do gentio do que a materna”. Isto é, a portuguesa (p.124). (3) “o juiz de órfãos precisou dar juramento a Álvaro Neto, prático na língua da terra, a fim de poder compreender as declarações de Luzia Esteves, filha do defunto, ‘por **não saber falar bem a língua portuguesa**’” (p. 125-126).

Com essa entrada, atentemos para uma certa gradação, “se entendiam mal”, “saber falar bem a língua”, certo arco que vai sendo construído, tendo como ponto alto o “mais importante dos casos”, o do caudilho Domingos Jorge Velho, o vencedor dos Palmares (pp. 126-127).

Fig. 4

(4) “Tendo de tratar com o bispo (...) em 1697, precisasse levar interprete, ‘**porque nem falar sabe**’, diz o bispo. E ajunta: ‘nem se diferença do mais bárbaro tapuia’ (p.126). (5) “Permanece intato, todavia, o problema de saber se o ‘tapuia bárbaro’, **que nem falar sabia** – entenda-se: falar português -, terá sido autor de **tão sutis raciocínios**. Restaria, em verdade, o recurso de admitir que, sendo porventura sua **a letra** com que foram redigidos os escritos, não o seriam **as palavras** e, ainda menos, as idéias” (p. 127).

Nesse ponto, o que domina as relações no jogo político-enunciativo é a distribuição desigual do real. É uma contradição no centro do dizer; ação política (escriturada) aberta à sobreposição dos sentidos estabelecendo limites que constituem uma divisão enunciativa. É nessa conflagração que, assumir a palavra é ser “agenciado em configurações” que particularizam os espaços constituídos pelos dizeres próprios do lugar social autorizado em uma cena enunciativa. E nessa ambientação, a intervenção da escrita é fundamental pelo fato de ser parte constitutiva do “agenciamento” legitimador.⁵ Quer dizer, nesse “ponto alto” da textualidade, os sentidos preponderantes são os da “verificação” de compatibilidade entre ordens, entre instâncias de poder e domínios de funcionamento do escrito.⁶ A “questão” é trazida na relação com certa gradação do raciocínio pelo “tão sutis”, o aspecto gráfico (a letra [o manuscrito]), o sistema lingüístico (as palavras) e a dimensão das “idéias”. Há então uma hierarquia tal nas relações, definida pela intervenção da escrita estabelecendo uma fronteira histórica na textualidade para a língua-outra.

3.2. O fim do tupi no planalto paulista: uma ordem residualista (região II)

Nessa região, sentidos residualistas são preponderantes na medida em que a língua aparece contraditoriamente como um atraso, pelo “pouco contato”, no “processo de

⁵ O instrumento que aqui ponho em funcionamento vem da reflexão feita por Guimarães, (op. cit., pp. 15-18) como vimos na seção 3.2.1. (p.) do cap. 3.

⁶ Aqui, a orientação vem por Auroux, (p. 68), também discutido no cap. 3.

integração da gente paulista no mundo da língua portuguesa” (p. 129). Observemos a constituição desse atraso.

Fig. 5

(6) “Onde **ainda no século XVIII** as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim” (p.102). (7) “Nos primeiros tempos da era setecentista **ainda aparecem** (...) referências precisas ao mesmo fato” (p.129) (8) “Na província de São Paulo, onde chegou no ano de 1825, o próprio Florence **pudera ouvir ainda** a língua-geral da boca de alguns velhos” (p.130). (9) “Mesmo em Campinas, porém, **havia** por aquele tempo **quem ainda soubesse falar corretamente** o tupi.” (p.130). (10) “**Ainda em princípio do século** passado, d. Juana Furquim de Campos, filha de português, não falava sem deixar escapar numerosas palavras do antigo idioma da terra.” (p. 130)

O que as relações de sentido firmam é o “silenciar da língua” pelo “ainda” como marcador temporal do atraso histórico. E esse processo de silenciar já é instaurado por sentidos que elegem “um objeto mínimo” para análise: uma circunstância que deve merecer aqui nossa atenção” (p. 127): as alcunhas.

3.3. Alcnhas: uma abordagem residualista (micro-região)

À micro-região (p.127-128) vêm sentidos que fazem os nomes funcionarem como um resíduo da língua de uma “circunstância”. Nesse lugar, entram a “pura origem”, a “genuína procedência”, a “raridade”, o “consórcio de línguas”, o “sinal de uso”. E o que regula o instrumental analítico diante do objeto, as alcunhas, é a frequência pelo par: “cada vez maior e mais exclusiva” / “diminuição, desaparecimento completo”.

Esse gesto vem afetado por uma “regra geral” e, com ela, um corte no tempo cronológico em que o passado vai até o século XVIII e o presente até o XIX . Por exemplo, ao considerar o apelido tupi “Sarutaiá”, dado a um sujeito que só vem a morrer em 1802, os sentidos dividem o sujeito: “Trata-se, porém, **já agora** de casos isolados, que escapam à regra geral e podem ocorrer a qualquer tempo” (p. 128).

4. CONCLUSÃO

Espero ter demonstrado que “o esquecimento” da “questão da língua” em *Raízes do Brasil* tem sentido histórico específico. Primeiro porque do ponto de vista do político, pela projeção de sentidos, é rememorado um silêncio que vem na relação com o Estado, ou seja, a política de língua para regulação, resistência, divisão na disputa entre línguas. E é no acontecimento enunciativo por onde a própria materialidade escrita da linguagem é contraparte no silenciar da língua-outra. Em resumo, o próprio da nota enquanto documentação escriturada é sua constitutividade no processo. Em segundo, mas sem estar descolado dessa projeção, o sujeito enunciativo em operação no instrumental analítico na textualidade vem afetado pela sobreposição de sentidos própria da escrita enquanto intervenção histórica. Justamente pelo desejo de dar a saber algo através da escrita em detrimento de seu funcionamento que se dá por instrumentação lingüística, a gramatização (Auroux, op. cit). Nos demais capítulos, as análises têm demonstrado que no jogo político-enunciativo a escrituração é sempre interventora no processo histórico.

O esforço de pesquisa está concentrado então na compreensão de “pontos críticos” da relação inescapavelmente contraditória delineada no fato da materialidade da linguagem, no acontecimento enunciativo que constitui um “domínio interdiscursivo signficante” próprio da “questão da língua”. E é do modo de descrever e analisar essa tensão que tem vindo a abertura para uma formulação mais forte: o que constitui o sujeito histórico-enunciativo quando a questão textualizada é a da língua nacional são efeitos de sentido da escrita.

Diagrama dos capítulos ⁷



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUROUX, Sylvain (1992). *A Revolução tecnológica da Gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____. (1998). *Filosofia da linguagem*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- BARTHES, Roland (1953). *O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix.
- GUIMARÃES, Eduardo (2002). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes.
- HOLANDA, Sergio B. de (1995). *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- PÊCHEUX, Michel (1997). *O discurso, estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes.

⁷ Os capítulos 1 e 8, a seus modos, procuram cumprir suas clássicas funções de introduzir e concluir a apresentação do processo de pesquisa. Os capítulos 2, 4, 5, 6 e 7 são efetivamente analíticos e o capítulo 3 é quase exclusivamente teórico.